

MÍDIA E NECROPOLÍTICA: COMO O SILÊNCIO DA MÍDIA TRADICIONAL ALIMENTA A POLÍTICA DE MORTES

MEDIA AND NECROPOLITICS: how traditional media feeds the death policy

MEDIOS Y NECROPOLÍTICA: cómo el silencio de los medios tradicionales alimenta la política de la muerte

Vanessa Almeida da Silva

Universidade Federal Fluminense

Niterói - RJ, Brasil

vanessa.almeidadasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-2777-9135> 

Resumo: Este trabalho pretende investigar o papel exercido pela mídia tradicional em relação à manutenção da necropolítica, assim como a sua aceitação perante a sociedade. Para isso, foi analisada a cobertura realizada pelo Jornal Extra sobre o assassinato de Ághata Felix, menina de oito anos atingida por um tiro de fuzil, desferido por um policial militar no Complexo de favelas do Alemão, Rio de Janeiro. O foco da presente pesquisa é a não racialização das mortes em massa de pessoas negras e como essa prática retroalimenta a política de mortes, ao não pautá-la. O conceito de mediação (Sodré, 2017) é utilizado como base para demonstrar a importância que a mídia exerce no que tange aos assuntos que são debatidos na sociedade. Os conceitos de necropolítica (Mbembe, 2018), mito da democracia racial e pacto da branquitude (Bento, 2022) apresentam-se correlacionados entre si.

Palavras-Chave: mídia hegemônica; racismo midiático; necropolítica; mediação; pacto da branquitude.

Abstract: This paper intends to investigate the role played by traditional media in relation to the maintenance of necropolitics, as well as its acceptance by society. To do this, the coverage by the newspaper Jornal Extra regarding the murder of Ághata Felix was analyzed. Ághata was an eight-year-old girl shot by a military police officer in Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. The focus of this research is the non-racialization of mass deaths of Black people and how this practice feeds back into the politics of death by failing to bring it to the fore. The concept of mediation (Sodré, 2017) is used as a basis to demonstrate the importance of the media concerning the issues debated in society. The concepts of necropolitics (Mbembe, 2018), the myth of racial democracy, and the pact of whiteness (Bento, 2022) are presented as interconnected.

Keywords: hegemonic media; media racism; necropolitics; mediation; pact of whiteness.

Resumen: Este trabajo pretende investigar el papel ejercido por los medios de comunicación tradicionales en relación con el mantenimiento de la necropolítica, así como su aceptación por parte de la sociedad. Para ello, se analizó la cobertura realizada por el periódico Jornal Extra sobre el asesinato de Ághata Felix, una niña de ocho años alcanzada por un disparo de fusil efectuado por un policía militar en el Complexo do Alemão, Río de Janeiro. El enfoque de la presente investigación es la no racialización de las muertes en masa de personas negras y cómo esta práctica retroalimenta la política de muerte al no incluirla en la agenda pública. El concepto de mediatización (Sodré, 2017) se utiliza como base para demostrar la importancia que ejercen los medios en relación con los temas que se debaten en la sociedad. Los conceptos de necropolítica (Mbembe, 2018), mito de la democracia racial y pacto de la blanquitud (Bento, 2022) se presentan correlacionados entre sí.

Palabras clave: medios hegemónicos; racismo mediático; necropolítica; mediatización; pacto de la blanquitud.

Introdução

A concepção de mídia aqui utilizada é a mesma com a qual trabalha Muniz Sodré, a de uma instituição que exerce um papel de mediação sociocultural na sociedade contemporânea e de constituição do comum humano (Sodré, 2017). O foco do artigo é estabelecer uma relação entre a cobertura midiática realizada pela grande mídia, ou mídia hegemônica, com a permissibilidade da sociedade em relação à necropolítica que assola certos grupos raciais, especificamente no que se refere à população negra no Brasil.

A grande mídia contribui para que a necropolítica continue existindo ao não pautar o assunto e assim não o colocar em discussão na sociedade. Em um contexto em que mortes de grupos de pessoas são aceitáveis, e muitas vezes até incentivadas, o lugar que a mídia vem exercendo em relação à necropolítica tem sido o de silenciamento. Para o desenvolvimento da pesquisa foi analisada a cobertura realizada pelo Jornal Extra, em sua versão digital, sobre o assassinato de Ághata Felix, menina de oito anos atingida por um tiro de fuzil, desferido por um policial militar no Complexo de favelas do Alemão, Rio de Janeiro. O período examinado vai de 21 a 26/9/2019.

O Jornal Extra foi escolhido para representar a mídia hegemônica por pertencer ao Grupo Globo – maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e por ser distribuído no Rio de Janeiro, local em que Ághata foi assassinada. Também fazem parte do grupo de empresas Infoglobo Comunicações e Participações S.A: Jornal O Globo, Diário de São Paulo, Expresso, Globo Online, e a Agência O Globo. O Jornal Extra foi lançado em 5 de abril de 1998, em formato impresso e atualmente está presente também no digital.

Segundo dados do InfoGlobo, o veículo alcança 1.300.000 leitores. Em dias úteis, tem uma tiragem de 88.150 exemplares impressos e aos domingos 157.188 exemplares. Seu público é composto de 58% da classe C, 25% da classe B, 15% das classes D e E e

2% da classe A. As faixas etárias predominantes são 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, cada uma correspondendo a 22% dos leitores, respectivamente. Em relação à escolaridade, 56% dos leitores possuem nível médio, 21% nível fundamental e 17% nível superior.

A escolha do caso do assassinato de Ághata Felix se deu por ele ter recebido na época grande atenção da mídia, tanto da hegemônica quanto da não hegemônica. Em setembro de 2019 o caso tomou conta de diversos meios de comunicação como jornais e programas de televisão, além de ter tido grande repercussão também nas mídias sociais. Pesquisar sobre como a imprensa hegemônica se posiciona em casos como esse, em que uma criança preta foi assassinada pelo Estado, é ir no cerne da política de mortes que ceifa vidas da população negra e que não respeita nem a infância.

O trabalho foi dividido em quatro seções, incluindo a introdução e as considerações finais, em que os conceitos de necropolítica, midiaticização, mito da democracia racial e pacto da branquitude são apresentados e desenvolvidos, assim como suas imbricações entre si. A metodologia utilizada foi a análise crítica da narrativa.

O objetivo do trabalho é demonstrar como a cobertura da grande mídia, representada aqui pelo Jornal Extra, não racializa os casos de mortes em série de pessoas negras no Brasil, não colocando em pauta a máquina necropolítica à qual esse grupo racial está exposto. Os casos são tratados como individuais e algumas vezes como grandes tragédias, por algum motivo específico. No caso de Ághata, foi construída a ideia de que a injustiça era ela ser uma menina cheia de sonhos e a causa apresentada foi o despreparo policial.

Mídia e Necropolítica

O conceito de necropolítica foi criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe em 2003, com a publicação do ensaio *Necropolítica*. Ao longo dos anos ele tem se popularizado, alcançando discussões nos campos da segurança pública e sobre a letalidade das operações policiais, apesar de não ser restrito a essas áreas. Mbembe baseou-se nas ideias de Michel Foucault, referentes a biopolítica e biopoder.

A conceituação de Foucault sobre biopolítica e o biopoder passa pela sua concepção de poder, que está no centro do pensamento do autor. Ele é uma multiplicidade de relações de força e não está nas mãos de alguém, nem mesmo nas do Estado, que apenas instaura determinadas unidades de dominação. O poder é um jogo e uma prática social e como tal, construído historicamente. Essas relações de poder formam um sistema, baseado em instituições que mantêm ligações sociais e políticas

entre si, com base no Estado. Entre essas instituições estão as escolas, fábricas e os meios de comunicação. O poder não pode ser cedido, oferecido nem trocado. Ele só pode ser exercido.

Com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII e o surgimento das massas, surge, segundo Foucault, uma nova tecnologia de poder, o que existe graças ao poder disciplinar. Ela é focada na massa, não mais no indivíduo, já que passa a existir nesse momento um novo componente social, que é a população. Esse movimento, proporcionado pelo biopoder, é a biopolítica. Dessa forma, a biopolítica tem como ponto motivador o surgimento da população, e não mais de indivíduos de forma isolada. A população era nesse momento um problema, algo que precisava ser controlado. A biopolítica é então o poder exercido sobre a população.

Com a modernidade, foi necessária a instauração de normas, de um poder disciplinar sobre os corpos que não mais se apresentavam de forma apenas individual, mas de população. Assim, “pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (Foucault, 1988, p. 130). O poder passa então a tomar posse da vida, do corpo e da população.

Para o autor, se a biopolítica é essa forma de regulamentar a vida, como é possível explicar que ela passe a operar de forma assassina, do poder de matar? Ele acredita que a escolha entre o que deve viver e o que deve morrer é realizada por meio do racismo, que se “inseriu como mecanismo fundamental” de poder do Estado (Foucault, 2005, p. 304). Para Foucault, não existe funcionamento do Estado moderno que não passe pelo racismo. O que Achille Mbembe propõe com o conceito de necropolítica é um deslocamento do debate sobre a biopolítica e o biopoder centrado a partir da perspectiva europeia. O foco do pensador são as ocupações coloniais e neocoloniais – principalmente a ocupação tardia da Palestina, que ele considera “a forma mais bem-sucedida de necropoder” (Mbembe, 2018, p. 41).

Necropolítica é relacionada por Mbembe com o conceito de soberania: “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p. 5). Ele estabelece uma relação entre biopoder, soberania e estado de exceção. Essa relação acontece porque a soberania é o que define quem importa e quem não importa, quem é matável e quem não é. Ela é o poder de fabricar pessoas que “[...] vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida – pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte [...]”. (Mbembe, 2020b, p. 68).

A noção de estado de exceção utilizada por Mbembe é a de Giorgio Agamben (2004). Agamben vê o estado de exceção como uma técnica dos governos modernos, não como uma medida provisória de suspensão de direitos. No âmbito jurídico-constitucional, o estado de exceção é uma possibilidade de legalizar o que seria ilegal em um estado democrático de direitos em condições tidas como normais. A instauração do estado de exceção permite, assim, que indivíduos percam alguns de seus direitos civis e políticos graças a uma situação considerada e determinada como de emergência. Na situação em que o estado de exceção passa a ser uma prática de governo, o estado de emergência é constante.

Para que a necropolítica continue a existir, são necessários mecanismos que a sustentem. Dentre eles está a mídia. Na pós-modernidade, a comunicação é, segundo Muniz Sodré (2017), uma nova forma de socializar e corresponde a um modo geral de organização. Além desta função, a comunicação é, para Muniz Sodré (2013), o que organiza e constitui o comum humano. O autor acredita que a comunicação integra a estrutura do poder – já que os meios tradicionais de comunicação trabalham em favor dos grandes conglomerados. Segundo ele, os veículos de comunicação que integram a grande mídia, ou a que chamamos de mídia hegemônica, trabalham em alinhamento com o pensamento neoliberal e ajudam a espalhar essa ideologia para a sociedade. Essa associação “do campo comunicacional à financeirização do mundo” (Sodré, 2013, p. 123) transforma a comunicação em uma mercadoria. Como uma mercadoria, os produtos comunicacionais precisam atender a demandas de grandes empresas, atendendo principalmente a critérios lucrativos.

Para Sodré, para que a comunicação aconteça, é imprescindível existirem três pilares: comunidade, vinculação e comum. A comunidade é o que dá vida à comunicação, onde ela acontece de fato, para além do código. O comum é a zona, o espaço de disputa e de tensão para a constituição do discurso dominante, das concepções de mundo. Um dos pontos fundamentais na discussão gerada por Sodré é que atualmente, o comum humano é constituído pelos sistemas movidos à tecnologia eletrônica, pelos meios de comunicação eletrônicos – o autor fala mais diretamente sobre televisão.

Para Sodré (2013), a sociedade pós-industrial é orientada pela midiatização, o que ele descreve como um poder denominado “ciberocracia”. Na midiatização, as relações humanas passam a ser virtualizadas. O autor destaca as diferenças entre os termos “midiatização”, “mediação” e “interação”. A mediação está presente em todas as culturas e significa o ato de estabelecer pontes entre duas partes. São, portanto, “linguagem,

trabalho, leis, artes, etc” (Sodré, 2013, p. 21). A linguagem é inclusive considerada como mediadora universal. As instituições mediadoras são o que garantem que as mediações sejam inscritas na ordem social, como família, escola, igrejas e sindicatos. Elas “investem-se de valores (orientações práticas de conduta) mobilizadores da consciência individual e coletiva. Valores e normas institucionalizados legitimam e outorgam sentido social às mediações” (Sodré, 2013, p. 22). A interação é um dos níveis do processo de mediação. Já a midiatização é a articulação entre as diferentes instituições mediadoras com as organizações de mídia, que têm suas atividades guiadas por objetivos tecnológicos e mercadológicos, além de serem alinhadas com a hegemonia, questão à qual devemos ter atenção. Os que antes eram espaços tradicionais agora são também intermediados pela mídia.

Por meio da midiatização, surge uma nova ambiência de vida, a partir da classificação aristotélica das formas de vida. Segundo Aristóteles, os bios são os âmbitos “onde se desenrolam a existência humana” (Sodré, 2017, p. 25). Cada bios corresponde a um gênero qualificativo da vida humana e são a partir do Bem (*to agathon*) e da felicidade (*eudaimonia*). São três os bios constitutivos: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, a vida do corpo).

A midiatização é um novo bios, o bios midiático. Ela é assim uma nova forma para a constituição das identidades pessoais, pois a vida passa a ser midiatizada. O bios virtual, ou midiático é o “ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva” (Sodré, 2017, p. 122). Sendo assim, ao sermos convertidos a ele, é passada a falsa ideia de que tudo o que é humanamente importante é encontrado na midiatização, e “[...] são considerados socialmente válidos apenas os discursos legitimados pela articulação das instituições hegemônicas com a mídia” (Sodré, 2017, p. 123).

A mídia forma então uma “agenda coletiva” (Sodré, 2017, p. 26), estruturando e reestruturando percepções e cognições. A partir dessa ideia temos a percepção de que os temas de interesse da sociedade são os que estão sendo discutidos e estão aparecendo na mídia. A partir daí devemos nos indagar: e quando a grande mídia simplesmente não pauta determinados assuntos? A necropolítica, por exemplo, é um dos assuntos quase nunca pautados pela mídia hegemônica. Quando ele aparece é de uma forma superficial, não demonstrando os fatores estruturais e institucionais que têm levado a sociedade brasileira a essa situação.

Dessa maneira, ao não pautar o tema, a grande mídia faz com que ele não seja discutido na sociedade, que por muitas vezes acaba por acreditar que ele simplesmente

não existe, ou que não tem importância. Muito dessa omissão da grande mídia ao tratar do tema da necropolítica se deve ao fato de que a sociedade brasileira ainda vive sob a crença do mito da democracia racial, que sustenta e é sustentado pelo pacto da branquitude.

As mortes de pessoas negras na maioria das vezes são retratadas na grande mídia de maneira individualizada, como se elas não fizessem parte de uma política de Estado, ou no mínimo, da falta de políticas públicas voltadas a essa população.

Democracia racial e jornalismo

A democracia racial é uma ideologia que vem sendo construída no Brasil desde que o país deixou de ser oficialmente uma colônia de Portugal – mesmo que na época ainda não tivesse esse nome – a partir da ideia de que não existem barreiras institucionais para a ascensão social, baseadas em raça. Essa concepção se baseia muitas vezes na comparação da separação racial que aconteceu em países como Estados Unidos da América e África do Sul, nos quais chegaram a existir sistemas de apartheid oficiais que perduraram por décadas. Como no Brasil não existiu no pós-abolição esse tipo de separação, foi criada uma percepção de que não temos aqui barreiras raciais, inclusive muitos chegam a acreditar que não há racismo no Brasil. Muito se fala também que a escravização no Brasil foi mais branda, mais humana que em outros países.

Mais tarde, a partir da instauração da ditadura no país e por meio de maior articulação política do movimento negro, foi-se construindo a percepção de que a democracia racial não passava de um mito. Mito esse que gerou consequências tanto para os negros quanto para os brancos. Para os negros foi construída ideia de inferioridade, que preconiza que a população não tinha melhoras em relação à qualidade de vida por responsabilidade dela mesma, falta de capacidade intelectual, de adaptação a regras ou mesmo por preguiça e força de vontade. Em relação aos brancos, foram-se cristalizando os privilégios construídos historicamente e a ideia de superioridade dos mesmos, em diferentes aspectos. De uma maneira geral, o mito da democracia racial invisibilizou as diferenças causadas pelo regime escravocrata, um processo de exploração que durou séculos e é ainda hoje a base econômica, social e cultural de formação do Brasil.

Apesar de não se reconhecer como raça, a branquitude se protege por meio do que Cida Bento (2022) conceitua como pacto narcísico da branquitude. Segundo a autora,

existe um pacto não verbalizado entre pessoas brancas, visando manter os privilégios historicamente conquistados por esse grupo. Sendo assim, a branquitude se protege e afasta dos seus integrantes qualquer tipo de ameaça ao domínio econômico e cultural que exerce.

O pacto da branquitude pode ser constatado na produção da grande mídia. Um estudo realizado pelo Grupo de Ações Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Geema) (2021) analisou o perfil de jornalistas dos três maiores jornais em circulação no Brasil – Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo. No ano de 2021, foram analisados 1.193 jornalistas. 84% da amostra era composta por pessoas brancas. Essa realidade se repete quando o foco são os cargos gerenciais nas redações brasileiras. Em uma proporção relativa, eles são ocupados predominantemente por brancos, 61,8%, contra 39,8% de negros. Já os cargos operacionais são ocupados em maior proporção relativa por negros do que por brancos, 60,2% e 38,2%, respectivamente.

Quando o assunto é necropolítica, a realidade é que os veículos da grande mídia não pautam a questão de forma racializada. Analisei a cobertura realizada pelo Jornal Extra sobre o assassinato de Ágatha Felix, uma menina de oito anos assassinada com um tiro de fuzil nas costas, quando estava dentro de uma kombi, no colo da mãe, no Morro da Fazendinha, Complexo de Favelas do Alemão, Rio de Janeiro. Após uma longa investigação foi constatado que o tiro partiu da arma de um policial militar. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) alegou que existia um confronto no momento da execução de Ághata. Testemunhas disseram desde o início das investigações que não houve confronto entre a PMERJ e traficantes no dia do assassinato.

A morte de Ágatha não foi tratada pela imprensa de forma naturalizada, ela foi problematizada, mas não de uma maneira racializada. Para este trabalho, dez textos publicados no Jornal Extra, no período de 21/9/2019 a 26/9/2019 foram analisados. O quadro a seguir enumera as reportagens analisadas. No quadro constam a data de publicação, o título da reportagem e o link para acesso.

Quadro 1 – Reportagens e notícias publicadas pelo Jornal Extra sobre o assassinato de Ágatha Felix, entre 21 e 26 de setembro de 2019

	Data	Título	Disponível em
1	21/09/2019	Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam	https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-crianca-baleada-nas-costas-no-complexo-do-alemao-moradores-protestam-23965015.html
2	21/09/2019	Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes	https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-menina-baleada-no-alemao-nega-confronto-entre-pm-trafficantes-rv1-1-23965193.html
3	21/09/2019	Polícia vai fazer reconstituição do assassinato de Agatha Felix, no Complexo do Alemão	https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-vai-fazer-reconstituicao-do-assassinato-de-agatha-felix-no-complexo-do-alemao-23965283.html
4	22/09/2019	‘A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10’, diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão	https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-arma-que-ela-gostava-de-usar-era-lapis-caderno-redacao-nota-10-diz-avo-durante-enterro-de-menina-baleada-no-alemao-23966391.html
5	22/09/2019	Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs	https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-agatha-bala-encontrada-em-corpo-vai-permitir-comparacao-com-armas-de-pms-23965970.html
6	22/09/2019	Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM	https://extra.globo.com/casos-de-policia/questionamentos-sobre-morte-de-menina-no-alemao-seguem-sem-esclarecimentos-da-pm-23966304.html
7	23/09/2019	Morte da menina Ágatha Felix continua repercutindo no meio político	https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/morte-da-menina-agatha-felix-continua-repercutindo-no-meio-politico-23967830.html
8	23/09/2019	Ágatha, que só gostava de tirar dez na escola, queria ser bailarina: ‘Um anjo’, diz avô	https://extra.globo.com/casos-de-policia/agatha-que-so-gostava-de-tirar-dez-na-escola-queria-ser-bailarina-um-anjo-diz-avo-23966891.html
9	25/09/2019	Caso Ágatha: advogado diz que motorista que dirigia kombi que levava menina está se sentindo ameaçado	https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-agatha-advogado-diz-que-motorista-que-dirigia-kombi-que-levava-menina-esta-se-sentindo-ameacado-23973198.html
10	26/09/2019	Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime	https://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-kauan-morto-na-baixada-se-solidariza-com-pais-de-agatha-felix-ainda-espera-respostas-do-crime-23975223.html

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A narrativa que o veículo apresentou sobre o assassinato de Ághata foi sustentada basicamente em dois pilares: a construção da personagem de Ághata como uma criança inocente e a ideia de despreparo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

Ao longo dos dez textos, Ágatha é retratada como uma menina que estudava e tirava boas notas. A análise simbólica/metapragmática – aquela que vai além do que está escrito expressamente no texto – nos diz que, portanto, que ela não merecia isso. A personagem de Ágatha é uma menina inteligente, cheia de sonhos e filha de pais trabalhadores. A problematização do assassinato é centrada apenas nessa questão, não se falando sobre a política de morte a qual os negros são submetidos.

Para demonstrar o quanto Ághata era uma menina que não merecia morrer, os textos exploraram a imagem de sua família, por meio de declarações de consternação do pai, tio e principalmente da mãe. Amigos e professores também tiveram declarações publicadas. Era importante que Ághata fosse retratada como uma criança sem nenhum tipo de envolvimento com a guerra às drogas, que fosse provado que ela era uma – nas palavras do próprio jornal – inocente. Nas falas, o leitor tem a noção de injustiça pelo fato de uma menina estudiosa, que tirava boas notas e tinha sonhos ter sido assassinada pelo Estado, pela arma de um policial militar.

A construção discursiva e o esforço para que Ághata fosse vista como uma personagem com a qual as pessoas se reconheçam é necessário porque crianças negras são figuras com as quais geralmente a população não se identifica e não se importa. O termo “inocente” aparece dez vezes ao longo da narrativa construída pelo Jornal sobre o caso.

Ao mesmo tempo, o fato de uma operação policial ter resultado na morte de uma criança foi apresentada e justificada como despreparo. Já nos primeiros textos publicados, a família de Ághata e moradores da comunidade que deram declarações falaram sobre a violência policial e a responsabilidade sobre o assassinato da menina. Essa postura se repetiu pelos demais textos.

Apesar de a narrativa do jornal ter sido construída na perspectiva de despreparo e de erro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, acredito na violência policial não como um despreparo, mas como uma tática de trabalho. A PMERJ não age violentamente em periferias e favelas do Rio de Janeiro, pelo contrário, ela é preparada e formada para isso.

Cubas, Natal e Castelo Branco (2015) apresentam teorias explicativas para a violência policial. A primeira delas é composta pelos vieses histórico e sociocultural, que

apresenta uma relação entre o histórico de formação das polícias e sua forma de atuação. O foco é o uso político da polícia, em que a instituição é utilizada como um “[...] instrumento de controle das elites sobre as classes populares [...]” (Cubas; Natal; Castelo Branco, 2015, p. 127). De acordo com essa linha de estudos, o uso político da polícia se agravou durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), gerando um histórico de ilegalidades e uso abusivo e desnecessário da força nas ações policiais, sem que os agentes fossem responsabilizados por isso.

A segunda linha de estudos abrange as abordagens situacionais, que analisa o contexto em que a violência policial ocorre com mais frequência. De acordo com essa linha, existem uma série de situações que fazem com que seja mais provável que ocorra violência policial.

São as ocorrências de crimes violentos, quando há presença de armas de fogo, pessoas com antecedentes criminais, suspeitos do sexo masculino, negros, alcoolizados, pessoas que apresentem comportamento hostil ou que desafiem a autoridade policial, quando há resistência física, nas ocorrências noturnas, em espaços públicos e com policiais à paisana (Cubas; Natal; Castelo Branco, 2015, p. 128).

No Brasil, as análises situacionais são baseadas nas características das vítimas e nos locais onde as ações violentas acontecem, casos que geralmente são tratados como legítima defesa por parte dos agentes policiais (Cubas; Natal; Castelo Branco, 2015).

O assassinato de Ághata Felix, uma criança negra de oito anos de idade, ocorreu no Complexo do Alemão, complexo de favelas no Rio de Janeiro. Seguindo a análise situacional para explicar a violência sofrida pela menina, por sua família e por toda a sociedade, ela tinha então mais chance de sofrer com a brutalidade policial, já que estava em um local de periferia e por ser negra. Segundo a versão apresentada pela Polícia Militar preliminarmente, e divulgada pela mídia, teria havido um confronto entre a PMERJ e bandidos na localidade, na tentativa então de justificar a ação. Parentes da menina e testemunhas locais sempre apontaram que não houve confronto algum no momento em que ela foi assassinada, que houve um único disparo, vindo de um policial. Rodrigo José de Matos Soares, cabo da PMERJ, foi indiciado como o responsável pelo disparo do tiro que atingiu a criança. De acordo com a investigação, não havia confronto no momento e após um tiro atingir um poste, estilhaços entraram pela traseira do veículo em que Ághata estava com a mãe.

Já a terceira linha de interpretação sobre a violência policial no Brasil considera as análises institucionais e organizacionais “[...] que focalizam os perfis dos governos, o posicionamento dos administradores da segurança pública e a cultura policial” (Cubas; Natal; Castelo Branco, p. 129). Segundo essa corrente, o posicionamento político de gestores e governantes influencia fortemente a administração da segurança pública nos estados.

Podemos perceber, portanto, a partir das teorias acima mencionadas, que a violência policial tem explicações e motivações e não é apenas questão de despreparo, como a grande mídia relaciona, na maioria das vezes. A violência policial que assassina corpos negros é parte de uma política de morte.

Considerações finais

Debater o posicionamento da mídia tradicional acerca da necropolítica no Brasil é se debruçar também sobre o funcionamento e a manutenção do racismo no país. Atualmente, é quase um consenso que a raça é um conceito social, já que as diferenças biológicas em uma população considerada da mesma raça são tão grandes quanto aquelas encontradas em populações racialmente diferentes, sendo assim, não faz sentido uma ideia de raça baseada na natureza (Hall, 2003). Raça é, para Hall, uma construção política, social e discursiva. É em torno dela que se organiza e se sustenta o racismo – “[...] um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão [...]” (Hall, 2003, p. 69).

Segundo Muniz Sodré (2023) o racismo no Brasil é uma forma social. A forma social escravista permanece presente na sociedade atual mesmo não havendo mais estruturas formais que a sustentem. Para Sodré, as estruturas são os mecanismos legais que sustentam um sistema. No sistema escravocrata, existiam legislações que permitiam e sustentavam o racismo, que deixaram de existir oficialmente com a abolição. Apesar disso, o racismo continua a existir e a se sustentar na sociedade. Para continuar existindo, esse sistema de hierarquização baseado nas raças precisa contar com instituições que garantam a sua manutenção. A grande mídia é uma delas. Como uma instituição que coopera, contribui e trabalha de forma a construir e sustentar o pensamento hegemônico e neoliberal, a mídia tradicional é também racista.

Segundo Sodré, “nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia” (Sodré, 2015, p. 280). Para o autor, uma questão a ser pensada sobre as relações étnico-raciais na mídia consiste no que ele

denomina como racismo midiático. Este é sustentado por fatores como a negação – tendência da mídia em negar a existência do racismo –; o recalcamento - o fato de que não é dada a devida importância às manifestações simbólicas de origem negra nos diferentes produtos do jornalismo e da indústria cultural –, a estigmatização – a pele escura tende a se tornar estigma em um país de dominação branca – e a indiferença profissional – já que, por um lado, a mídia se organiza enquanto empresa e não manifesta muito interesse em questões como a discriminação dos negros ou das minorias e, por outro lado, é reduzida a presença de negros como profissionais da mídia brasileira.

Assim, quando a grande mídia, ou mídia hegemônica, escolhe o silenciamento em relação à necropolítica a qual os corpos negros estão expostos na sociedade brasileira, ela colabora com a manutenção do racismo. Ao não pautar e não oferecer à sociedade o tema da necropolítica, ela colabora para o silenciamento e com o apagamento do problema. Desta maneira, um caminho possível para instigar o debate sobre a necropolítica na sociedade seria a grande mídia tratar o assunto de maneira explícita. Contextualizando as mortes como parte dessa política, demonstrando qual é a situação social que deixa e faz com que essas pessoas morram. Para isso, precisa haver vontade política dos dirigentes dos grandes grupos de mídia para trazer o tema à tona.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo. 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CUBAS, Viviane; NATAL, Ariadne; CASTELO BRANCO, Frederico. Violência policial: abordagens da literatura. *In*: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 116-134.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. *In*: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. cap. 5, p.127-149.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no College de France: (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. **Jornalismo brasileiro: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país** [online]. 2021. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

JORNALISTAS E CIA. **Perfil racial da imprensa brasileira**. Disponível em: <https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>.

MARINHO, Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Princípios editoriais Grupo Globo. **Extra**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições. 2020a.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020b.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-16. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Vanessa Almeida da. Infâncias interrompidas: uma análise sobre as narrativas do genocídio da população negra em veículos da mídia hegemônica e contra-hegemônica no Rio de Janeiro. Orientadora: Maria de Fátima Lima Santos. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2023.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. 1. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**. Petrópolis: Vozes. 2023.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: V. A. Silva

Coleta de dados: V. A. Silva

Análise de dados: V. A. Silva

Discussão dos resultados: V. A. Silva

Revisão e aprovação: V. A. Silva

ORIGEM DA PESQUISA

A pesquisa é oriunda da dissertação intitulada “Infâncias interrompidas - uma análise sobre as narrativas do genocídio da população negra em veículos da mídia hegemônica e contra-hegemônica no Rio de Janeiro”.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece a orientadora Maria de Fátima Lima.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A autora utilizou o ChatGPT (GPT-4) para tradução do resumo de português para inglês e espanhol. Todo o conteúdo argumentativo foi desenvolvido integralmente pela autora.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os dados parciais foram publicados no próprio artigo. Parte do conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo está incluído no corpo do artigo.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Dairan Paul

Rogério Christofoletti

HISTÓRICO

Recebido em: 25-06-2024

Aprovado em: 28-04-2026

Publicado em: 31-07-2026